

## **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **1 - ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR, DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA- PCA E PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA – PPR, INVENTÁRIO DE RISCOS E PLANO DE AÇÃO.**

Implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais das atividades da Cesama, constituindo um Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, que a critério da Cesama, poderá ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade;

O PGR poderá ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas na Norma Regulamentadora N.º 01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho;

O PGR deverá contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;

A Contratada deverá contemplar no PGR a implementação dos programas de Conservação Auditiva- PCA e Proteção Respiratória – PPR, conforme avaliação de riscos;

O PGR deverá contemplar a antecipação dos riscos ocupacionais, evitando que possam ser originados no trabalho; a identificação dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde; a avaliação dos riscos ocupacionais indicando o nível de risco; a classificação dos riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção e a implementação de medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida; e o acompanhamento e controle dos riscos ocupacionais;

A elaboração do PGR deverá considerar as condições de trabalho, com base na Análise Ergonômica do Trabalho, nos termos da NR-17;

O PGR deve conter, no mínimo, os seguintes documentos: inventário de riscos e plano de ação. Os documentos integrantes do PGR devem ser elaborados sob a responsabilidade da Contratada, respeitado o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados. Os documentos integrantes do PGR devem estar sempre disponíveis aos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;

A Contratada em conjunto com a Cesama, através do SESMT, deverá adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim serem adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA; comunicando aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;

O processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais deverá considerar o disposto nas Normas Regulamentadoras e demais exigências legais de segurança e saúde no trabalho;

Deverá ser realizado levantamento preliminar de perigos antes do início do funcionamento do estabelecimento ou novas instalações, para as atividades existentes, e nas mudanças e introdução de novos processos ou atividades de trabalho. A critério da Cesama, a etapa de levantamento preliminar de perigos poderá estar contemplada na etapa de identificação de perigos;

A etapa de identificação de perigos do PGR deverá incluir a descrição dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, identificação das fontes ou circunstâncias e indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos. Devendo abordar os perigos externos previsíveis relacionados ao trabalho que possam afetar a saúde e segurança no trabalho;

A Contratada deverá avaliar os riscos ocupacionais relativos aos perigos identificados nos estabelecimentos da Cesama, de forma a manter informações para adoção de medidas de prevenção;

Para cada risco deverá ser indicado o nível de risco ocupacional, determinado pela combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência;

A Contratada deverá selecionar as ferramentas e técnicas de avaliação de riscos que sejam adequadas ao risco ou circunstância em avaliação. A gradação da severidade das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta a magnitude da consequência e o número de trabalhadores possivelmente afetados. A magnitude deve levar em conta as consequências de ocorrência de acidentes ampliados;

A gradação da probabilidade de ocorrência das lesões ou agravos à saúde deverá levar em conta os requisitos estabelecidos em Normas Regulamentadoras, as medidas de prevenção implementadas, as exigências da atividade de trabalho e a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na Norma Regulamentadora NR-09;

Após a avaliação, os riscos ocupacionais devem ser classificados para fins de identificar a necessidade de adoção de medidas de prevenção e elaboração do plano de ação;

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações: após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais, após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes, quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção, na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho, quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis;

A Contratada juntamente com a Cesama deverá elaborar plano de ação, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, definindo cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados;

A implementação das medidas de prevenção e respectivos ajustes devem ser registrados. O desempenho das medidas deve ser acompanhado de forma planejada e contemplar: a verificação da execução das ações planejadas; as inspeções dos locais e equipamentos de trabalho; e o monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável. E devem ser corrigidas quando os dados obtidos no acompanhamento indicarem ineficácia em seu desempenho;

A Cesama juntamente com a empresa Contratada deve desenvolver ações em saúde ocupacional dos trabalhadores integradas às demais medidas de prevenção em SST, de acordo com os riscos gerados pelo trabalho. O controle da saúde dos empregados deve ser um processo preventivo planejado, sistemático e continuado, de acordo com a classificação de riscos ocupacionais e nos termos da NR-07;

A Contratada juntamente com o SESMT da Cesama deve realizar as análises de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, devendo ser documentadas e considerando as situações geradoras dos eventos, levando em conta as atividades efetivamente desenvolvidas, ambiente de trabalho, materiais e organização da produção e do trabalho; identificando os fatores relacionados com o evento; e fornecendo evidências para subsidiar a revisão das medidas de prevenção existentes;

A Cesama juntamente com a empresa Contratada deve elaborar um Plano de Emergência, estabelecendo e implementando os procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades. Os procedimentos de respostas devem prever os meios

e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono, e as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

Os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos ocupacionais devem ser consolidados em um inventário de riscos ocupacionais, devendo contemplar, no mínimo, as seguintes informações: caracterização dos processos e ambientes de trabalho, caracterização das atividades, descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas, dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17, avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão;

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica. Desta forma, a Contratada deverá repassar todos os arquivos referentes ao PGR, inclusive na hipótese de rescisão ou término da vigência contratual;

A Contratada deverá prestar informações de segurança e saúde no trabalho em formato digital, conforme aprovado pela STRAB, ouvida a SIT, os modelos aprovados pela STRAB devem considerar os princípios de simplificação e desburocratização;

O Programa de Gerenciamento de Riscos poderá ser realizado por profissional ou equipe multidisciplinar, sendo o responsável técnico pela elaboração do PGR profissional de engenharia com especialização em segurança do trabalho ou medicina com especialização em medicina do trabalho.

**TABELA 1 A – LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE PERIGOS**

PERIGOS
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Risco de acidente devido à condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas (exceto motocicleta);</li><li>✓ Risco de acidente devido à condução de motocicleta;</li><li>✓ Acidente com substância química utilizada no tratamento de água (ácido sulfúrico (polifloc), flúor (ácido fluossilícico), cloro (dicloroisocianurato) e hidróxido de cálcio;</li><li>✓ Acidente com substância química manuseio de adesivo PVC (acetato de etila, acetona);</li><li>✓ Acidente com substância química na realização de análises laboratoriais com manuseio de reagentes: ácido clorídrico, ácido nítrico, ácido sulfúrico, amônia e n-hexano;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a esgoto na operação de estação tratamento de esgoto;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a esgoto nas atividades de caminhão hidro jato;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a esgoto ao coletar amostra para análise laboratorial;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a esgoto ao realizar manutenção em rede e ramais do sistema de esgotamento sanitário;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a esgoto ao realizar levantamento topográfico em poços de visitas;</li><li>✓ Risco de soterramento devido a taludes instáveis das escavações;</li><li>✓ Risco de dermatites ao manusear cimento;</li><li>✓ Risco de choque elétrico/ serviços em eletricidade ou serviços em zonas de riscos e controladas;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição à gasolina ao realizar manutenção, conservação e abastecimento de equipamentos e máquinas;</li><li>✓ Risco de lesões nas atividades de levantamento e transporte manual de cargas ou volumes;</li><li>✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a óleos minerais e óleo queimado ao realizar manutenção e conservação de equipamentos;</li></ul>

- ✓ Risco de acidente e contaminação por exposição a óleo diesel, como hidrocarbonetos totais;
- ✓ Dano a saúde por exposição a Ruído;
- ✓ Riscos de saúde e social associados ao trabalho com necessidade de variação de turnos;
- ✓ Riscos de saúde e social associados ao trabalho noturno;
- ✓ Riscos à saúde associados ao trabalho em locais alagados ou com possibilidade de trabalhar molhado;
- ✓ Risco de acidente (queda) nos trabalhos em altura;
- ✓ Risco de acidente em atividades em espaços confinados;
- ✓ Risco de acidente com animais peçonhentos;
- ✓ Probabilidade de Incêndio;
- ✓ Acidentes com máquinas e equipamentos;
- ✓ Acidentes com ferramentas inadequadas, defeituosas e improvisadas;
- ✓ Acidentes com ferramentas e equipamentos manuais;
- ✓ Acidente de trânsito (atropelamento);
- ✓ Risco de choque elétrico nos serviços de escavação na existência de cabo subterrâneo;
- ✓ Risco de choque elétrico em serviços externos (extensões inadequadas, instalações precárias);
- ✓ Acidente com gasoduto enterrado;
- ✓ Intervenções em máquinas e equipamentos de trabalhador não capacitado;
- ✓ Realização de atividade para as quais não foi treinado, situações com possibilidade de acidentes;
- ✓ Utilização de móveis e equipamentos inadequados;
- ✓ Intervenções em instalação elétrica por trabalhadores não capacitados;
- ✓ Transporte inadequado de trabalhadores (junto a materiais e ferramentas);
- ✓ Transporte de pessoas em equipamentos e máquinas de escavação ou de carregamento de materiais;
- ✓ Risco de acidente com veículo de grande porte estacionado em aclive ou declive;
- ✓ Caminhões com carga em altura incompatível ao previsto na legislação;
- ✓ Veículo com excesso de carga, inclusive moto/baú;
- ✓ Risco devido a transportes de produtos químicos inflamáveis corrosivos em veículos não específicos por trabalhador não autorizado;
- ✓ Acidentes com terceiros devido a não recomposição de pavimentação;

- ✓ Acidentes com terceiros devido a ferramentas e materiais obstruindo vias públicas e calçadas;
- ✓ Acidentes ao manusear tampas e tampões de caixa e poços de visita.

Nota: O levantamento preliminar de perigos (TABELA 1) tem caráter meramente orientativo.

**TABELA 1 B – LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE USO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA**

Atividade	Agente	Proteção	Número de funcionários
Manipulação de produtos químicos para sistema de tratamento de água	dicloroisocianurato	Máscara facial inteira	37
Operação e manutenção de estação tratamento, elevatórias e sistemas de esgoto	Agentes biológicos e químicos – proveniente do esgoto	Máscara semifacial inteira	30

**TABELA 1 C – LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE EXPOSIÇÃO A RUÍDO ACIMA DO LIMITE DE AÇÃO**

Atividade	Número de funcionários
Condução e Operação de veículos especiais	30

## **ANEXO 2 – POSTOS DE TRABALHO COM DESCRIÇÃO DO POSTO E DAS ATIVIDADES**

### **2 - PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO, BEM COMO ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOBRE O ASSUNTO, SEMPRE EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE.**

Estabelecer a elaboração, implementação e a execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de proteger e preservar a saúde dos colaboradores da Cesama em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco – PGR;

A Contratada deverá seguir as diretrizes estabelecidas na NR – 07, para elaboração, implementação e a execução do PCMSO, a seguir:

- a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
- b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
- c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
- d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na Cesama;
- e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
- f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
- g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
- h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
- i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
- j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
- k) subsidiar ações de readaptação profissional;
- l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.



O PCMSO deverá incluir ações de vigilância passiva da saúde ocupacional, a partir de informações sobre a demanda espontânea de empregados que procurem serviços médicos e vigilância ativa da saúde ocupacional, por meio de exames médicos dirigidos que incluam, além dos exames previstos na NR-7, a coleta de dados sobre sinais e sintomas de agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais;

O PCMSO deverá incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, como definidas na NR-07, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança;

O PCMSO poderá ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas na Norma Regulamentadora N.º 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho;

O PCMSO deverá contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;

O PCMSO deverá conter a descrição dos possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR; o planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados, atendendo ao determinado nos Anexos da NR-7; os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos; e o relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa;

O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos: admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissional. Compreendendo o exame clínico e exames complementares, realizados de acordo com as especificações da NR -07 e de outras NR, obedecendo os prazos e a periodicidade previstas na NR-07;

A Contratada deverá garantir que o PCMSO seja conhecido e atendido por todos os médicos examinadores que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados da Cesama;

A Contratada deverá indicar um médico responsável pelo PCMSO com comprovante de especialidade em Medicina no Trabalho e os nomes dos médicos examinadores, expedido por órgão competente, sujeita à conferência da contratante, atualizando o quadro quando necessário;

O médico responsável pelo PCMSO, caso observe inconsistências no inventário de riscos da Cesama, deve reavaliá-las em conjunto com os responsáveis pelo PGR;

Os exames médicos devem compreender a avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental, com emissão conclusiva de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e preenchimento de RELATÓRIO DE ATENDIMENTO -MODELO (ANEXO 3);

Os dados da avaliação clínica e complementar, das conclusões e das medidas aplicadas registrados em relatório de atendimento deverão ser arquivados em prontuário clínico individual, que fica sob responsabilidade do médico coordenador do PCMSO;

A Contratada deverá contemplar o preenchimento da Anamnese Ocupacional disponibilizada pela Cesama - ANAMNESE OCUPACIONAL – MODELO (ANEXO 4);

Para cada exame clínico ocupacional realizado, o médico emitirá Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, que deve ser comprovadamente disponibilizado ao empregado, devendo ser fornecido a cópia em meio físico, e em meio eletrônico a Cesama;

A aptidão para trabalho em atividades específicas, quando assim definido em Normas Regulamentadoras e seus Anexos, deve ser consignada no ASO;

O Atestado de Saúde Ocupacional – ASO deve conter no mínimo: razão social e CNPJ da Cesama, nome completo do empregado, o número de seu CPF e sua função, a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência, indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado, definição de apto ou inapto para a função do empregado, o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico;

Atestar e/ou Concluir a aptidão ou inaptidão física e mental para a função pretendida/proposta ou exercida pelo trabalhador através do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, de emissão obrigatória para cada um dos exames previstos no PCMSO. Informando ao empregado e em relatório de atendimento a sua decisão e os motivos que a determinaram;

Os empregados devem ser informados, durante o exame clínico, das razões da realização dos exames complementares previstos na NR-07 e do significado dos resultados de tais exames;

Os exames previstos nos Quadros 1 e 2 do Anexo I da NR -07 devem ser realizados a cada seis meses, podendo ser antecipados ou postergados por até 45 (quarenta e cinco) dias, a critério do médico responsável, mediante justificativa técnica, a fim de que os exames sejam realizados em situações mais representativas da exposição do empregado ao agente;

A Contratada poderá realizar outros exames complementares, a critério do médico responsável, desde que relacionados aos riscos ocupacionais classificados no PGR e tecnicamente justificados no PCMSO;

No caso de exames complementares não especificados ou não solicitados no PCMSO para função do empregado a ser examinado, para realização de encaminhamento a especialidades médicas, para a realização de exames complementares e/ou específicos, e avaliações específicas não contempladas em especificação referente ao Contrato, a contratada deverá solicitar autorização a Cesama;

Sendo verificada a possibilidade de exposição excessiva a agentes listados no Quadro 1 do Anexo I da NR-07, o médico do trabalho responsável pelo PCMSO deve informar o fato aos responsáveis pelo PGR para reavaliação dos riscos ocupacionais e das medidas de prevenção;

Constatada ocorrência ou agravamento de doença relacionada ao trabalho ou alteração que revele disfunção orgânica por meio dos exames complementares, caberá ao médico responsável pelo PCMSO informar a Cesama para tomar as providências necessárias, conforme NR -07;

Os exames complementares laboratoriais previstos na NR -07 devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/Anvisa n.º 302/2005, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos da NR -07 e são obrigatórios quando: o levantamento preliminar do PGR indicar a necessidade de medidas de prevenção imediatas ou houver exposições ocupacionais acima dos níveis de ação determinados na NR-09 ou se a classificação de riscos do PGR indicar;

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO. Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a Contratada deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor;

Podem ser utilizados prontuários médicos em meio eletrônico desde que atendidas às exigências do Conselho Federal de Medicina;

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo: o número de exames clínicos realizados, o número e tipos de exames complementares realizados, estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função, incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função, informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados e análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados;

O relatório analítico deve ser apresentado e discutido com os responsáveis por segurança e saúde no trabalho da Cesama, incluindo a CIPA, para que as medidas de prevenção necessárias sejam adotadas na organização;

A Contratada deverá repassar, quando for o caso, ao médico coordenador do PCMSO, quando solicitado pela Cesama, todos os arquivos referentes a seus empregados, inclusive na hipótese de rescisão ou término da vigência contratual;

A contratada deverá agendar as consultas ocupacionais conforme plano de ação elaborado em conjunto com a Cesama;

**TABELA 2 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS**

<b>PROCEDIMENTOS MÉDICOS</b>	<b>QUANT.</b>
2,5 HEXANODIONA NA URINA	10
ACETONA NA URINA	100
ÁCIDO TRANS, TRANS-MUCÔNICO URINÁRIO	10
ACUIDADE VISUAL	30
ANTI HBS	120
ANTI-HAV IGM	120
ANTI-HBC IGM	120
ANTI-HCV	120
AUDIOMETRIA	50

BILIRRUBINAS	20
CARBOXIHEMO GLOBINA NO SANGUE	1
CHUMBO NA URINA	1
COLESTEROL TOTAL	20
CREATININA	20
DOSAGEM DE MERCÚRIO NA URINA	1
EAS – URINA	1
ELETROCARDIOGRAMA	30
ELETROENCEFALOGRAMA	30
ESPIROMETRIA	1
<b>EXAME CLÍNICO</b>	<b>560</b>
FEZES – EPF	1
FLUORETO URINÁRIO	20
FOSFATASE ALCALINA	20
GGT - GAMA GLUTAMIL TRANFERASE	20
GLICEMIA	20
HBS AG	120
HEMOGRAMA COMPLETO COM PLAQUETAS	160
IMPEDANCIOMETRIA COM TIMPANOMETRIA	1
METILETILCETONA - MEK NA URINA	30
PLUMBEMIA	1
PSA LIVRE E TOTAL	50
RESSONÂNCIA DA COLUNA	1
RETICULÓCITOS	10
RX DA COLUNA	1
RX JOELHO	1
RX OMBRO	1

RX TÓRAX	1
TGO-TRANSAMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA	20
TGP- TRANSAMINASE GLUTÂMICA PIRÚBICA	20
TIPO SANGUÍNEO ABO / FATOR RH	30
TOLUENO NO SANGUE	10
URÉIA	20

Nota: O quantitativo estimado de procedimentos médicos (TABELA 2) tem caráter meramente orientativo não vinculando, portanto, a administração a sua realização.

### **ANEXO 3 - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO (MODELO)**

### **ANEXO 4 - ANAMNESE OCUPACIONAL (MODELO)**

### **3 - REALIZAR AVALIAÇÕES DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS IDENTIFICADOS NO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR.**

Realizar avaliações das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais;

A identificação das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos deverá considerar: descrição das atividades; identificação do agente e formas de exposição; possíveis lesões ou agravos à saúde relacionados às exposições identificadas; fatores determinantes da exposição; medidas de prevenção já existentes; e identificação dos grupos de trabalhadores expostos;

Deverá ser realizada análise preliminar das atividades de trabalho e dos dados já disponíveis relativos aos agentes físicos, químicos e biológicos, a fim de determinar a necessidade de adoção direta de medidas de prevenção ou de realização de avaliações qualitativas ou, quando aplicáveis, de avaliações quantitativas;

A avaliação quantitativa das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos, quando necessária, deverá ser realizada para: comprovar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados; dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores; e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção;

A avaliação quantitativa deve ser representativa da exposição ocupacional, abrangendo aspectos organizacionais e condições ambientais que envolvam o trabalhador no exercício das suas atividades;

Os resultados das avaliações das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos devem ser incorporados ao inventário de riscos do PGR;

As avaliações das exposições ocupacionais devem ser registradas pela Contratada, conforme os aspectos específicos constantes nos anexos da NR-09;

As medidas de prevenção e controle das exposições ocupacionais referentes a cada agente físico, químico e biológico estão estabelecidas nos anexos da NR – 09;

Devem ser adotadas as medidas necessárias para a eliminação ou o controle das exposições ocupacionais relacionados aos agentes físicos, químicos e biológicos, de acordo com os critérios estabelecidos nos anexos da NR-09, em conformidade com o PGR;

As medidas de prevenção e controle das exposições ocupacionais integram os controles dos riscos do PGR e devem ser incorporados ao Plano de Ação;

Enquanto não forem estabelecidos os Anexos da NR-09, devem ser adotados para fins de medidas de prevenção: os critérios e limites de tolerância constantes na NR-15 e seus anexos; como nível de ação para agentes químicos, a metade dos limites de tolerância; como nível de ação para o agente físico ruído, a metade da dose; Na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos, devem ser utilizados como referência para a adoção de medidas de prevenção aqueles previstos pela American Conference of Governmental Industrial Hygienists – ACGIH;

Considera-se nível de ação, o valor acima do qual devem ser implementadas ações de controle sistemático de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições ocupacionais ultrapassem os limites de exposição;

Realizar avaliações da atmosfera nos espaços confinados, antes da entrada de trabalhadores, para verificar se o seu interior é seguro;

O relatório das avaliações ambientais poderá ser realizado por profissional ou equipe multidisciplinar, sendo o responsável técnico pelo registro das avaliações profissional de engenharia com especialização em segurança do trabalho, com apresentação de ART referente ao documento.

**TABELA 3 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE AVALIAÇÕES AMBIENTAIS**

<b>PROCEDIMENTOS TÉCNICO</b>	<b>QUANT.</b>
<b>AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE EXPOSIÇÃO A RUÍDO – DOSIMETRIA</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos no anexo I da NR 15, Norma de Higiene Ocupacional NHO 01 e na aprovação dos anexos da NR -9)	20
<b>AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE CALOR</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos no anexo III da NR 15, Norma de Higiene Ocupacional NHO 06e na aprovação dos anexos da NR -9)	01
<b>AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DAS VIBRAÇÕES DE MÃOS E BRAÇOS (VMB) E VIBRAÇÕES DE CORPO INTEIRO (VCI)</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos no anexo VIII da NR 15, norma da Fundacentro e na aprovação dos anexos da NR -9)	01
<b>AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE GÁS CLORO (Cl<sub>2</sub>)</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos no anexo 11 da NR 15, norma da Fundacentro e na aprovação dos anexos da NR -9)	01
<b>AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE ATMOSFERA EM ESPAÇO CONFINADO – SITUAÇÃO 01 – SISTEMA DE ESGOTO</b> - 04 (quatro) gases simultâneos, sendo: Gases Explosivos (LEL), Oxigênio (O <sub>2</sub> ), Monóxido de Carbono (CO) e Gás Sulfídrico (H <sub>2</sub> S)	20



<b>AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE ATMOSFERA EM ESPAÇO CONFINADO – SITUAÇÃO 02 – SISTEMA DE ÁGUA</b> - 04 (quatro) gases simultâneos, sendo: Gases Explosivos (LEL), Oxigênio (O2), Monóxido de Carbono (CO) e Gás Cloro (Cl2)	05
--	----

Nota: O quantitativo estimado de avaliações ambientais (TABELA 3) tem caráter meramente orientativo não vinculando, portanto, a administração a sua realização.

#### **4 - ELABORAÇÃO E EMISSÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT), LAUDOS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE E ASSESSORIA TÉCNICA**

Proceder a elaboração dos respectivos laudos quando detectada a necessidade de tais procedimentos, bem como assistência técnica sobre o assunto à Contratante, sempre em consonância ao disposto na legislação pertinente;

Realizar inspeção e elaborar LTCAT sempre que for detectada a necessidade do mesmo ou quando solicitada pela Contratante;

Atender ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega do Laudo, quando realizado, tanto impresso como em meio eletrônico, com a devida assinatura do responsável pela realização;

A Elaboração e Emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Laudos de Insalubridade e Periculosidade deverá ser realizado por profissional de engenharia com especialização em segurança do trabalho ou medicina com especialização em medicina do trabalho.

**TABELA 4 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE LAUDOS TÉCNICOS**

<b>PROCEDIMENTOS TÉCNICO</b>	<b>QUANT.</b>
<b>Elaboração e Emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos na legislação da Previdência Social vigente)	20
<b>Elaboração e Emissão de Laudos de Insalubridade</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos na NR 15)	01
<b>Elaboração e Emissão de Periculosidade</b> (considerar a metodologia e procedimentos descritos na NR 16)	01
<b>Assistência Técnica</b> (realizar apoio técnico em ações trabalhistas, fornecimento de dados e subsídios para jurídico da empresa; elaboração de quesitos, pareceres, esclarecimentos e impugnações de laudos perícias; acompanhamento de perícias técnica; elaboração de laudo de assistente técnico da perícia realizada)	20 horas

Nota: O quantitativo estimado de procedimentos técnicos (TABELA 4) tem caráter meramente orientativo não vinculando, portanto, a administração a sua realização.

## **5 - ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE ORDENS DE SERVIÇOS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

Elaborar Ordens de Serviço de Segurança (OSS) seguindo as recomendações mínimas destacadas pelo Programa de Gerenciamento de Riscos e demais programas, bem como contemplar a utilização dos Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual;

Destacar informações sobre a Função do Trabalhador, Posto de trabalho e Local de Trabalho de aplicação da OSS (Setor de Serviços);

Descrever as atividades exercidas pelo trabalhador (Descrição da Função);

Elaborar recomendações de segurança e saúde que devem ser obrigatoriamente seguidas pelo trabalhador durante a execução da atividade;

Informar aos trabalhadores os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho, conforme PGR;

Informar aos trabalhadores os meios para prevenir e limitar os riscos profissionais e as medidas adotadas pela empresa;

Informar e recomendar o EPI adequado os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho. Observar que o EPI só será fornecido com a indicação do Certificado de Aprovação – CA;

Determinar os procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho;

Indicar ao trabalhador que o não-cumprimento das disposições descritas na OSS, expedidas pela empresa, acarretará ao empregador a aplicação de penalidades previstas na legislação pertinente;

Coletar Assinatura do trabalhador e Data em que tomou ciência da OSS da atividade profissional;

Coletar Assinatura e Data do responsável pela elaboração e aprovação da OSS;

Controlar a versão (Controle de Documentos) quando elaborada, revisada e/ou atualizada a OSS.

**TABELA 5 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE ORDENS DE SERVIÇOS**

<b>ORDENS DE SERVIÇOS</b>	<b>QUANT.</b>
Elaboração e Emissão de Ordens de Serviços sobre Segurança e Saúde no Trabalho	60

## **6 –GESTÃO ERGONÔMICA, ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO – AET**

Elaborar e apresentar a Análise Ergonômica do Trabalho – AET, observando as condições de trabalho dos colaboradores da Cesama, incluindo os aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho;

A Contratada deverá seguir as diretrizes estabelecidas pela NR – 17, para elaboração, implementação da AET, com o objetivo de proteger e preservar a saúde dos colaboradores da Cesama, permitindo a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente;

A Contratada deverá realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar, no mínimo, as condições de trabalho, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora NR -17, contemplando as condições de trabalho no Programa de Gerenciamento de Risco – PGR;

A Contratada deverá registrar os riscos ergonômicos presentes nas máquinas, equipamentos, postos de trabalho e na execução da atividade profissional, permitindo buscar, identificar, averiguar e aferir perfeitamente as funções e objetos usados por todo profissional em seu local de trabalho, assim como medir os impactos que a utilização, esforço e repouso interferem direta ou indiretamente aos funcionários em sua rotina de trabalho;

A análise ergonômica do trabalho deverá ser realizada por profissional ou equipe multidisciplinar como: médicos do trabalho, fisioterapeutas e engenheiros de segurança do trabalho, sendo o responsável técnico pela elaboração da AET profissional da área com especialização em ergonomia;

A análise ergonômica do trabalho deverá conter as seguintes etapas: Análise da Demanda; Análise Global da Empresa; Análise da População de Trabalhadores; Definição das Situações de Trabalho a serem Estudadas; Descrição e Análise das Tarefas Prescritas, das Tarefas Reais e das Atividades Desenvolvidas para Executá-las; Estabelecimento de um Pré-diagnóstico; Descrição e Análise das Atividades, bem como dos Meios Disponíveis para Realizá-las; Estabelecimento de um Diagnóstico ou Diagnósticos; Validação do Diagnóstico; Descrição das Recomendações/Caderno de Encargos; Desenvolvimento do Cronograma de Implementação das Recomendações/Caderno de Encargos; Gerenciamento das Recomendações/Caderno de Encargos.

**TABELA 6 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE SERVIÇOS TÉCNICOS**

<b>SERVIÇOS TÉCNICOS</b>	<b>QUANT.</b>
<b>Elaboração e Apresentação de Análise Ergonômica do Trabalho – AET</b>	240 horas
<b>Gestão Ergonômica – Mapeamento dos Riscos Ergonômicos, Criação de Comitê de Ergonomia, Capacitações, Ações Ergonômicas e Assessoria Técnica</b>	80 horas

Nota: O quantitativo estimado de procedimentos técnicos (TABELA 6) tem caráter meramente orientativo não vinculando, portanto, a administração a sua realização.

## **7 - PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS, CAPACITAÇÃO E EXERCÍCIO SIMULADO OBRIGATÓRIOS, CONFORME NORMAS REGULAMENTADORAS**

Consultoria e assessoria para o planejamento, coordenação e execução de campanhas de mobilização e conscientização de Medicina e Segurança do Trabalho, em conjunto com o SESMT e Supervisão de Treinamento e Desenvolvimento da Cesama. Sendo que, todas as ações desenvolvidas pela empresa contratada deverão ser previamente aprovadas pela Gerência de Recursos Humanos e Administração;

Promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NR;

Dos treinamentos e cursos obrigatórios: NR1 – Disposições Gerais e Programa de Gerenciamento de Riscos; NR-5: - CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; -NR-6: Equipamentos de Proteção Individual; -NR-7: PCMSO - Treinamento em primeiros socorros; -NR-10: Segurança em Operação e Serviços em Eletricidade; -NR-11: Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;-NR-12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;- NR-17: Ergonomia- Transporte manual regular de carga;; -NR-23: Proteção Contra Incêndios; - NR 33- Segurança e Saúde nos trabalhos em espaços confinados; NR-35: Segurança e Saúde nos trabalhos em Altura;

Ao término dos treinamentos inicial, periódico ou eventual, previstos nas NR, deve ser emitido certificado contendo o nome e assinatura do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável técnico do treinamento;

A capacitação deve incluir: treinamento inicial; treinamento periódico; e treinamento eventual;

O treinamento inicial deve ocorrer antes de o trabalhador iniciar suas funções ou de acordo com o prazo especificado em NR;

O treinamento periódico deve ocorrer de acordo com periodicidade estabelecida nas NR ou, quando não estabelecido, em prazo determinado pelo empregador;

O treinamento eventual deve ocorrer: quando houver mudança nos procedimentos, condições ou operações de trabalho, que impliquem em alteração dos riscos ocupacionais; na ocorrência de acidente grave ou fatal, que indique a necessidade de novo treinamento; ou após retorno de afastamento ao trabalho por período superior a 180 (cento e oitenta) dias;

A carga horária, o prazo para sua realização e o conteúdo programático do treinamento eventual deve atender à situação que o motivou;

A capacitação pode incluir: estágio prático, prática profissional supervisionada ou orientação em serviço; exercícios simulados; ou habilitação para operação de veículos, embarcações, máquinas ou equipamentos;

O certificado deve ser disponibilizado ao trabalhador e uma cópia arquivada na Cesama;

A capacitação deve ser consignada nos documentos funcionais do empregado;

Os treinamentos previstos em NR podem ser ministrados em conjunto com outros treinamentos da Cesama, observados os conteúdos e a carga horária previstos na respectiva norma regulamentadora.

É permitido o aproveitamento de conteúdos de treinamentos ministrados na Cesama desde que:

- a) o conteúdo e a carga horária requeridos no novo treinamento estejam compreendidos no treinamento anterior;
- b) o conteúdo do treinamento anterior tenha sido ministrado no prazo inferior ao estabelecido em NR ou há menos de 2 (dois) anos, quando não estabelecida esta periodicidade; e
- c) seja validado pelo responsável técnico do treinamento.

O aproveitamento de conteúdos deve ser registrado no certificado, mencionando o conteúdo e a data de realização do treinamento aproveitado;

A validade do novo treinamento passa a considerar a data do treinamento mais antigo aproveitado.

Os treinamentos podem ser ministrados na modalidade de ensino a distância ou semipresencial, desde que atendidos os requisitos operacionais, administrativos, tecnológicos e de estruturação pedagógica previstos no Anexo II da NR-01;

O conteúdo prático do treinamento pode ser realizado na modalidade de ensino a distância ou semipresencial, desde que previsto em NR específica;

## **TREINAMENTOS, CAPACITAÇÃO E EXERCÍCIO SIMULADO OBRIGATÓRIOS**

### **NR1 – Disposições Gerais e Programa de Gerenciamento de Riscos**

O treinamento tem como finalidade orientar o trabalhador quanto às condutas básicas de segurança e de preservação da saúde, focando a necessidade de se implantar uma estrutura voltada à prevenção, capaz de nortear os riscos de acidentes nas atividades do trabalho;

**Público participante: 200 empregados**

### **NR-5 - CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)**

Formação e treinamento e capacitação dos membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), em atendimento a recomendação da NR. 05;

O treinamento para a CIPA deverá contemplar, no mínimo, o seguinte conteúdo programático:

CIPA - O que é e suas atribuições legais; Como é a estrutura organizacional de uma CIPA numa empresa; Resumo das atribuições legais dos membros da CIPA; Objetivos da Norma; Acidentes de Trabalho; Constituição da Comissão; Organização da Comissão; Atribuições da Comissão; Funcionamento da Comissão; Treinamento da Comissão; Processo Eleitoral (Eleição da Comissão); Contratantes, Contratadas e Disposições Finais.; Uso do PDCA na CIPA; Uso do 5W2H para o Plano de Ação na CIPA; Mapa de Risco. Anexo - QUADRO I - Dimensionamento de CIPA; Anexo - QUADRO II - Agrupamento pelo CNAE; Anexo - QUADRO III - CNAE com o Dimensionamento de CIPA; Anexo - Modelos de Documentos.

**Público participante: 25 empregados**

**NR6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI** - Todos os trabalhadores que utilizam EPIs em suas rotinas de trabalho;

O treinamento e conscientização sobre o uso de EPIs tem como objetivo orientar e treinar os empregados supervisores quanto à importância e utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Abordando a legislação; Certificado de Aprovação – CA; Finalidade dos EPIs utilizados na empresa; Características técnicas e atenuações dos EPIs; Modo de utilização dos EPIs; Periodicidade de troca, higienização e conservação dos EPIs; Treinamento prático com os EPIs.

**Público participante: 200 empregados**



**NR-07: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – Primeiros Socorros**

Realizar o Curso de Primeiros Socorros da NR-7 prevista no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional no ambiente de trabalho. Treinar os colaboradores designados por estabelecimento a manipular o material de primeiros socorros bem como conhecer os procedimentos de socorro, reconhecer uma situação de emergência, sua gravidade, e prestar os cuidados imediatos necessários ao atendimento correto dos diversos agravos à saúde.

**NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - Trabalhadores que lidam direta ou indiretamente com rede elétrica de baixa ou alta tensão.**

Realizar o treinamento com carga horária e conteúdo programático conforme previsto na norma regulamentadora – NR 10;

- 1) Curso básico de segurança em instalações e serviços com eletricidade (Carga horária de 40h);
- 2) Curso reciclagem de segurança em instalações e serviços com eletricidade. (Carga horária de 40h / Periodicidade anual)
- 3) Curso complementar em SEP –Sistema Elétrico de Potência. (Requisito: Curso básico + Carga horária 40h).

**Público participante: 25 empregados**

**NR – 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais**

Realizar treinamento sobre os requisitos de segurança a serem observados nos locais de trabalho, no que se refere ao transporte, à movimentação, à armazenagem e ao manuseio de materiais, tanto de forma mecânica quanto manual, objetivando a prevenção de infortúnios laborais. Abordando: Introdução a NR 11, O que são equipamentos de movimentação de materiais, cuidados especiais com equipamentos de içamento, transporte e movimentação de cargas, segurança e treinamento no uso de equipamentos de transporte manual e motorizado, normas de segurança do trabalho em atividades de transporte de sacas, transporte manual e mecanizado de sacas, riscos e lesões no transporte manual de cargas, medidas de prevenção de risco no transporte manual de cargas, armazenamento de materiais, empilhamento por processo mecanizado, normas de segurança sobre carga e descarga de Materiais.

**Público participante: 200 empregados**

**NR-12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos**

Treinamento para os trabalhadores designados para operação, manutenção, inspeção e demais intervenções em máquinas e equipamentos;

Os trabalhadores envolvidos na operação, manutenção, inspeção e demais intervenções em máquinas e equipamentos devem receber capacitação compatível com suas funções, que aborde os riscos a que estão expostos e as medidas de proteção existentes e necessárias, nos termos da NR 12, para a prevenção de acidentes e doenças.

**Público participante: 25 empregados**

**NR-17: Ergonomia- Transporte manual regular de carga**

Treinamento para os trabalhadores designados para o transporte manual regular de cargas, que não as leves, contemplando instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar, com vistas a salvaguardar sua saúde e prevenir acidentes.

**Público participante: 200 empregados**

**NR 23: Proteção Contra Incêndios**

Capacitar, atualizar e certificar profissionais nas ações de prevenção e combate a princípios de incêndios. Instrumentalizar os participantes do curso a procederem de forma segura, de modo a garantir sua própria segurança, das possíveis vítimas e do patrimônio em risco.

**NR – 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em espaços Confinados**

Capacitar os envolvidos, de acordo com exigência da Norma Regulamentadora-33.

**1- Trabalhadores autorizados e vigias**

Trabalhadores designados para entrar no espaço confinado (autorizados) ou permanecer fora do espaço confinado (vigia) e que é responsável pelo acompanhamento e ordem de abandono para os trabalhadores.

Carga horária: Treinamento para trabalhadores autorizados e vigias em espaço confinado, com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.

Conteúdo programático: Definições;Reconhecimento, avaliação e controle de riscos;Funcionamento de equipamentos utilizados;Procedimentos e utilização da Permissão de Entrada e Trabalho;Noções de resgate e primeiros socorros.

## **2- Supervisor de Entrada**

Trabalhadores designados para serem responsáveis por operar a permissão de entrada com responsabilidade para preencher e assinar a Permissão de Entrada e Trabalho (PET) para o desenvolvimento de entrada e trabalho seguro no interior de espaços confinados.

Carga horária: Treinamento para supervisor de entrada em espaço confinado, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.

Conteúdo programático: Definições;Reconhecimento, avaliação e controle de riscos;Funcionamento de equipamentos utilizados;Procedimentos e utilização da Permissão de Entrada e Trabalho;Noções de resgate e primeiros socorros;Identificação dos espaços confinados;Critérios de indicação e uso de equipamentos para controle de riscos;Conhecimentos sobre práticas seguras em espaços confinados;Legislação de segurança e saúde no trabalho;Programa de proteção respiratória;Área classificada;Operações de salvamento.

## **3- Trabalhadores Autorizados, Vigias e Supervisores de Entrada - Capacitação Periódica (reciclagem)**

Trabalhadores que tenham concluído satisfatoriamente os cursos de Trabalhadores Autorizados, Vigias e Supervisores de Entrada – Capacitação Inicial exigido pela NR-33 e que necessitam apenas da reciclagem periódica (anual).

### **NR-35: Trabalho em altura**

Treinamento e capacitação para os trabalhadores designados para realização de trabalho em altura. (Considera-se trabalho em altura toda atividade executada acima de 2 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda);

O empregado capacitando deverá ser submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de 8h;

O conteúdo programático deverá, no mínimo, incluir:normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;análise de Risco e condições impeditivas;riscos potenciais

inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle; sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva; equipamentos de Proteção Individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso; acidentes típicos em trabalhos em altura; condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros;

A periodicidade do treinamento é bienal e sempre que ocorrer quaisquer das seguintes situações: mudança nos procedimentos, condições ou operações de trabalho; evento que indique a necessidade de novo treinamento; retorno de afastamento ao trabalho por período superior a noventa dias; mudança de empresa;

O treinamento deverá ser ministrado por instrutores com comprovada proficiência no assunto, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho.

**TABELA 7 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE HORAS DE TREINAMENTO**

<b>Tema do Treinamento</b>	<b>QUANT. (HORAS)</b>	<b>PÚBLICO PARTICIPANTE :</b>
Orientações Básicas em Saúde e Segurança do Trabalho – NR 01	<b>64 horas</b>	<b>200 empregados</b>
NR-05 - Formação e treinamento e capacitação dos membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)	<b>20 horas</b>	<b>25 empregados</b>
NR 6 - EPI (Equipamento de Proteção Individual)	<b>36 horas</b>	<b>200 empregados</b>
NR 07 – Primeiros Socorros	<b>4 horas</b>	<b>25 empregados</b>
NR 10 - Curso básico de segurança em instalações e serviços com eletricidade	<b>1(em caso de demanda)</b>	<b>-----</b>
NR 10 - Curso reciclagem de segurança em	<b>40 horas</b>	<b>25</b>

instalações e serviços com eletricidade		<b>empregados</b>
NR 10 - Curso complementar em SEP –Sistema Elétrico de Potência	<b>1(em caso de demanda)</b>	-----
NR – 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais	<b>16 horas</b>	<b>200 empregados</b>
NR-12: Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos	<b>16 horas</b>	<b>25 empregados</b>
NR-17: Ergonomia- Transporte manual regular de carga	<b>16 horas</b>	<b>200 empregados</b>
NR 23: Proteção Contra Incêndios	<b>8 horas</b>	<b>25 empregados</b>
NR 33: Trabalhadores autorizados e vigias	<b>32 horas</b>	<b>50 empregados</b>
NR 33: Supervisor de Entrada	<b>40 horas</b>	<b>25 empregados</b>
NR 33: Trabalhadores Autorizados, Vigias e Supervisores de Entrada - Capacitação Periódica (reciclagem)	<b>24 horas</b>	<b>75 empregados</b>
NR-35: Trabalho em altura	<b>16 horas</b>	<b>50 empregados</b>
NR-35: Trabalho em altura - Reciclagem	<b>16 horas</b>	<b>50 empregados</b>

**Turmas entre 15 e 25 participantes**

## **8 - IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE GESTÃO DO ABSENTEÍSMO**

O produto trata-se da implantação e execução do Implantação de Programa de Gestão do Absenteísmo, através monitoramento e gestão dos atestados, análise do FAP, gerenciamento epidemiológico e dos nexos previdenciários.

A contratada deverá designar responsável técnico habilitado para coordenação do “Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida” com formação universitária em medicina, com especialização lato sensu na área de Saúde e Segurança do Trabalho.

O responsável técnico deve pertencer ao quadro de empregados da contratada e terá como atribuição implantar, coordenar e monitorar dos as ações Programa de Gestão do Absenteísmo.

A implantação do programa deverá ser sustentada em um estudo epidemiológico do quadro de empregados da Cesama, considerando afastamentos e atestados; acidentes de trabalho; doenças ocupacionais e aposentadorias por invalidez dos últimos 5 anos, contar da data de contratação dos serviços.

O estudo deverá ser apresentado em relatório com perfil epidemiológico e apontamento dos principais focos de ação para prevenção de agravos a saúde ocupacionais e ações de promoção da saúde integral do quadro de empregados da Cesama.

A contratada deverá apresentar metodologia de trabalho detalhada onde conste fluxos e procedimentos para:

- Gestão dos afastamentos: acompanhar e monitorar atestados médicos, monitorar afastamentos previdenciários por auxílio doença previdenciário e/acidentário; monitorar e avaliar aposentadorias por invalidez; monitorar e analisar casos de reabilitação profissional; avaliar e propor melhorias das condutas de gestão de afastamentos;
- Gestão de Nexos Previdenciários: verificar Nexo Técnico Previdenciário estabelecido pela perícia médica do INSS e produzir contestação, quando cabível;
- Gestão do FAP: verificar a publicação do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção, os elementos previdenciários que compõem o cálculo e realizar a contestação, quando necessário;
- Gestão Epidemiológica dos afastamentos: analisar existência nexo causal nos casos de afastamentos recorrentes e prolongados e produzir indicativo de ações para minimização da ocorrência do estabelecimento do Nexo Técnico Previdenciário entre o trabalho e os agravos de saúde dos trabalhadores da Cesama;

A contratada deverá oferecer treinamento para toda a equipe da Cesama envolvida nos processos necessários para exceção do Programa de Gestão do Absenteísmo.

O responsável técnico deverá manter contato frequente com a equipe de saúde e segurança do trabalho e recursos humanos da Cesama.

O responsável técnico deverá se disponibilizar para atendimento presencial e realizar análise médica para emissão de opinião técnica, quando necessário para melhor caracterização da situação de saúde.

**TABELA 8 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE HORAS**

<b>Tema do Treinamento</b>	<b>QUANT. (HORAS)</b>
Estudo epidemiológico	<b>80 horas</b>
Construção de plano metodologia de trabalho	<b>10 horas</b>
Execução das ações	<b>120 horas</b>

## **9 - IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**

O produto “Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida” contempla um conjunto de ações estruturadas de cunho educativo e preventivo voltadas para orientação dos empregados da Cesama sobre boas práticas de vida e trabalho que corroborem para manutenção da saúde integral do trabalhador e sua qualidade de vida. Compreende-se como saúde integral, aspectos biológicos, psicológicos e sociais e sua relação com as condições de vida e trabalho.

A contratada deverá designar responsável técnico habilitado para coordenação do “Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida” com formação universitária em uma das profissões de saúde reconhecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, exceto medicina veterinária.

O responsável técnico deve pertencer ao quadro de empregados da contratada e terá como atribuição elaboração, coordenar e monitorar das ações do Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida.

A contrata deverá elaborar diagnóstico das principais questões relacionadas a saúde e condições de vida dos trabalhadores a partir de: informações oferecidas pelos técnicos de saúde da Cesama; perfil social e demográfico dos trabalhadores; natureza das atividades desempenhadas pela Cesama; e informações sobre afastamentos previdenciários, atestados médicos e acidentes de trabalho.

A partir do diagnóstico, deverá ser elaborado Plano de Trabalho com as ações anuais do “Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida”, contendo, minimamente, descrição de: ações, seus objetivos, suas estratégias de operacionalização (metodologia), cronograma, responsáveis, recursos e estratégias de monitoramento e avaliação das ações.

O plano de trabalho deve ser apresentado ao gestor do contrato e a equipe técnica de saúde da Cesama para ponderações e aprovação.

O plano de trabalho deverá compor ao menos 6 atividades anuais e a temática deverá ser constituída por um conjunto de pautas fixas e um conjunto de pautas abertas que podem ser propostas pela contratada ou demandas pela equipe de saúde da Cesama.

São pautas fixas: saúde mental no trabalho; dependência química e saúde osteomuscular.

A metodologia ou estratégias de operacionalização das ações devem:

- ser adaptadas ao público alvo, considerado o perfil demográfico diversificado da Cesama;
- dever ser diversificadas de forma a atrair o interesse dos trabalhadores;
- majoritariamente presenciais e, sempre que possível, interativas, promovendo a participação do trabalhador;
- ser coordenadas por profissional habilitado na área da temática abordada, cuja habilitação deve ser apresentada no plano e aprovada pela equipe de saúde;
- prever material educativo de apoio para consulta de informações complementares construída e disponibilizada de forma acessível ao trabalhador

Todas as ações do “Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida” devem ser estruturadas de modo a atingir todas as unidades da Cesama e todos os seus trabalhadores, até mesmo aqueles que trabalham em turnos e escalas alternadas.

Todas os recursos para realização das ações do “Programa Promoção a Saúde e Qualidade de Vida” são de responsabilidade da contratada, tais como: recursos humanos; transporte; alimentação da equipe executora; recursos educativos



(computador, datashow, caixa de som, panfletos, cartilhas, materiais médico-hospitalares, ou qualquer outro recurso necessário).

Todas as atividades devem ser programadas e comunicadas ao gestor ou fiscal do contrato para agendamento com as áreas que receberão as atividades.

**TABELA 9 – QUANTITATIVO ESTIMADO DE HORAS**

<b>Tema do Treinamento</b>	<b>QUANT. (HORAS)</b>
Diagnóstico	<b>60horas</b>
Construção do Pano de Trabalho	<b>20 horas</b>
Execução das ações (observando o número mínimo de 6 ações anuais)	<b>400 horas</b>
Ações de registro, monitoramento e avaliação	<b>20 horas</b>

**TABELA 10 – ENDEREÇO DAS UNIDADES DA CESAMA**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço:</b>
Edifício Sede	Avenida Barão do Rio Branco, Nº 1843/10º andar
Agencia de Atendimento	Avenida Getúlio Vargas
Unidades do São Mateus (Garagem)	Rua Monsenhor Gustavo Freire, nº 75 São Mateus
Laboratório Central e Reservatório Henrique de Novaes	Rua Tupi, nº 260 - Bairro Centenário
Unidade Santa Terezinha (almoxarifado)	Rua Santa Terezinha nº 505, Santa Terezinha
Departamento Regional Norte	Jacil Firmino Pinheiro - nº 3, Nova Era

ETA Castelo Branco	Estrada da Remonta, s/nº - Represa Dr. João Penido
ETA CDI	Avenida Antônio Simão Firjan, nº 1171 Distrito Industrial - Benfica
ETA São Pedro	Rua Major Lino Lima, s/nº, Jardim Marajoara – São Pedro
ETA Torreões	Estrada Principal, s/nº - Distrito de Torreões
ETA Valadares	BR 267 s/nº-Distrito de Valadares
ETE Barbosa Lage	Rua Ribeirão das Rosas, s/nº - Barbosa Lage
ETE Barreira do Triunfo	Br 040 Km 723; Barreira do Triunfo
ETE Portal do Aeroporto	Cond. Portal do Aeroporto/ Rua das Petúncias
ETE União Indústria	Estrada União Indústria 1561 Granjas Bethel